

GOVERNANÇA NA CADEIA APÍCOLA DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DIRIGENTES DE ASSOCIAÇÕES

Artigo Completo

Tathiane Marques Dorneles (UEMS) tathmd@gmail.com

Erlaine Binotto (UFGD) erlainebinotto@ufgd.edu.br

Heloisa Cristina Holgado-Silva (UEMS) heloizaholgado@hotmail.com

Wesley Osvaldo Pradella Rodrigues (SED) wesley174@uol.com.br

Resumo:

Esta pesquisa pretende evidenciar a percepção dos presidentes de associações de apicultores do estado de Mato Grosso do Sul, especificamente dos municípios de Campo Grande, Jardim e Bela Vista, em relação aos atributos da Economia dos Custos de Transação e da Economia das Convenções. Neste sentido, tem-se por objetivo verificar se as características das transações e os pressupostos comportamentais dos agentes envolvidos estão alinhados com a estrutura de governança utilizada no setor apícola do estado. Os resultados indicaram que os produtos apícolas constituem ativos específicos, bem como, evidenciaram que a associação desempenha um papel de destaque no compartilhamento de informações, estando diretamente relacionada à racionalidade limitada dos agentes envolvidos. O oportunismo não se revelou nas transações analisadas e notou-se a pouca incerteza nessas transações. Em decorrência percebe-se que as transações são baseadas na confiança, por isso, os contratos informais prevalecem. Observou-se a relevância das normas de comportamento, conduta, tradições e reputação fundamentadas na honestidade e em experiências passadas, que permitem uma elevada frequência nos relacionamentos a longo prazo.

Palavras-chave: Apicultura, Custos de Transação, Estruturas de Governança, Economia das Convenções.

1 Introdução

A economia do estado de Mato Grosso do Sul é fundamentada na agropecuária, principalmente na criação de gado e no cultivo da soja. No entanto, o estado tem empenhado esforços na busca pela diversificação e competitividade de suas bases produtivas, refletindo no surgimento ou ampliação de atividades econômicas não alicerçadas em *commodities*. (PROCHMANN; CAMPEÃO; VILPOUX, 2007).

Neste contexto, o setor apícola vem ganhando espaço no cenário estadual. Em 2007 a apicultura passou por uma reorganização a partir da reativação da Câmara Setorial Consultiva de Apicultura do Mato Grosso do Sul – CSEAPI e, em 2010, a criação da Federação de Apicultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul – FEAMS. Estes fatos trouxeram um novo fôlego para a atividade, aumentando o número de associações e cooperativas, com a criação de novos entrepostos e a implantação da rastreabilidade da produção (FEAMS, 2013).

Não obstante, a apicultura brasileira e a sul-mato-grossense ainda produzem a baixo de suas potencialidades. Os principais gargalos apontados para o crescimento e desenvolvimento da atividade no estado de Mato Grosso do Sul são a insegurança na comercialização e a inexistência de organização nas Estruturas de Governança (FEAMS, 2013). A maior parte da

produção e do processo produtivo é realizada por pequenos produtores e por micro e pequenas empresas que interagem com todos os demais agentes da cadeia produtiva do mel tornando imprescindível a existência de estruturas de Governança (ROSINA, 2008).

Para Williamson (1985), a melhor forma de governança é aquela que minimiza os custos de transação, portanto, a firma deve procurar a forma mais eficiente dessa estrutura, ou seja, aquela que melhor se alinhe às características de suas transações e ao ambiente institucional vigente. Ademais, a existência de instituições informais favorece o surgimento de convenções baseadas na confiança e na reputação dos agentes.

Neste sentido, a Economia dos Custos de Transação e a Economia das Convenções oferecem um referencial teórico para identificar e analisar as estruturas de governança e as principais convenções existentes na cadeia produtiva do mel no estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Rosina (2008), as complementaridades existentes entre as duas teorias permitem uma análise mais completa, focada não somente na especificidade dos ativos, mas também na frequência com que a transação ocorre e, principalmente, na incerteza associada à transação considerando o papel do ambiente informal.

O estudo de Rosina (2008) buscou identificar os mecanismos de governança mais eficientes para o sistema agroindustrial do mel de abelha de Mato Grosso do Sul com base na Teoria dos Custos de Transação e na Teoria Econômica das Convenções. Os resultados apontaram que, o baixo nível de relações contratuais entre os agentes leva a existência de convenções nas transações. A partir dessas convenções, a autora aponta a estrutura de governança pelo mercado com garantias informais como a mais adequada para o setor apícola do estado.

Com base nesses resultados, o objetivo deste artigo é verificar se as características das transações e os pressupostos comportamentais dos agentes envolvidos estão alinhados com a estrutura de governança utilizada no setor apícola do estado.

Para cumprir com os objetivos o trabalho encontra-se dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A segunda seção apresenta os pressupostos da Nova Economia Institucional da qual deriva os conceitos da Economia dos Custos de Transação e das Estruturas de Governança que possuem complementaridades com a Economia das Convenções. A terceira seção apresenta um breve panorama do setor apícola em Mato Grosso do Sul. A quarta seção contempla a metodologia empregada na pesquisa e, a quinta seção discute os principais resultados obtidos.

2 Nova Economia Institucional

A Nova Economia Institucional (NEI) discute o papel das instituições por meio de dois níveis analíticos diferentes: o ambiente institucional, que contempla as macroinstituições, que determinam as regras de interação dos membros da sociedade; e as estruturas de governança, que são constituídas por microinstituições, que regem uma transação específica. No primeiro nível, macroanalítico, o foco principal está na relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico, com destaque para os estudos de Douglass North, Steven Cheung e Barry Eichengreen. No segundo nível, a abordagem passa a ser de cunho microanalítico, destacando-se os estudos Yoram Barzel e de Oliver Williamson (AZEVEDO, 2000). No nível microanalítico da NEI é que se encontra a Economia dos Custos de Transação, que foi estruturada por Williamson.

Ambos os níveis demonstrados possuem como marco referencial a contribuição seminal de Ronald Coase, cujo trabalho *"The nature of the firm"* foi publicado em 1937. Seu artigo trata de dois pontos fundamentais: primeiro, o objeto central da análise sobre as empresas e os

mercados não é a tecnologia, mas sim, as transações e seus respectivos custos; e, segundo, a incerteza e a racionalidade limitada dos agentes são os elementos mais importantes na análise dos custos de transação (CONCEIÇÃO, 2001).

2.2 Economia dos Custos de Transação

A Economia dos Custos de Transação (ECT) é considerada uma vertente da NEI e se desenvolveu mais fortemente com os estudos de Oliver Williamson. A sua unidade analítica é a “transação” efetuada entre os agentes econômicos, tendo como problema os contratos formais e informais celebrados entre as partes (CARVALHO JÚNIOR; OZON, 2004).

Em outras palavras, os custos de transação derivam-se dos contratos empregados nas transações, as quais são fundamentais para o acesso ao mercado, uma vez que, todas as operações, desde a produção até a distribuição de bens e serviços, são realizadas por meio de transações, pelas quais os direitos de propriedade são negociados. A ECT tem como objetivo estudar como os custos de transação influenciam na adoção e coordenação de estruturas de governança (ZYLBERSZTAJN, 1995). Esses custos podem ser classificados nas seguintes categorias contratuais (CARVALHO JÚNIOR; OZON, 2004):

i) Custos *ex-ante*: são os custos incorridos na preparação, negociação e elaboração de salvaguardas e garantias contratuais, ou seja, contempla os custos que ocorrem antes da efetiva troca comercial. Referem-se a custos de relacionamento, os quais envolvem a busca de informações entre outros.

ii) Custos *ex-post*: contempla os custos que se originam após a transação. São decorrentes da impossibilidade da elaboração de contratos completos, o que implica na necessidade de ajustes, adaptações e renegociação dos mesmos. Relacionam-se ao monitoramento da transação, com a finalidade de acompanhar seu desempenho.

Na Figura 1 observa-se o esquema de indução das formas de governança, constituído por três grupos de fatores condicionantes: características das transações, ambiente institucional e pressupostos comportamentais. O primeiro grupo é formado pelas características das transações que constitui a variável exógena expressa pelos atributos da especificidade, incerteza e frequência.

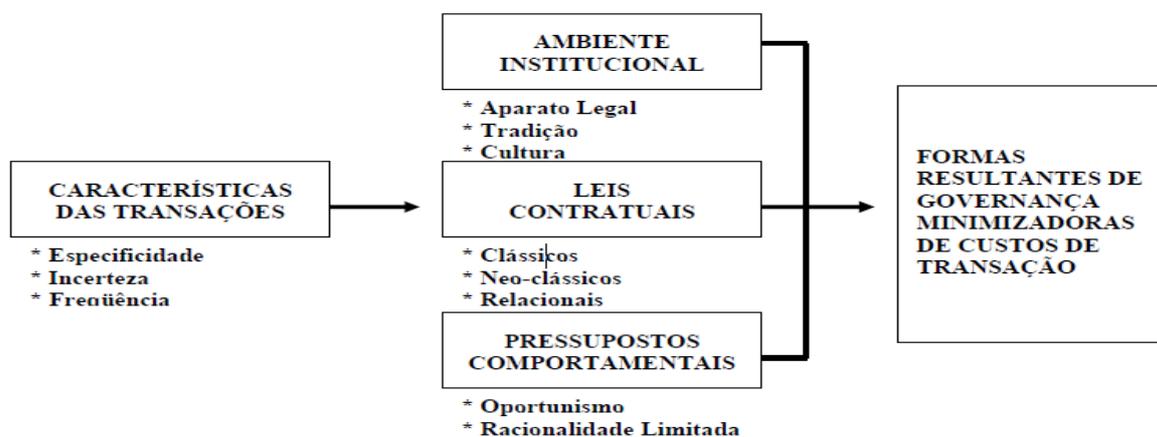


Figura 1: Esquema da indução das formas de governança.
 Fonte: Zylbersztajn (1995, p.23).

Em relação ao atributo especificidade, Ferreira (2005) enfatiza que, quanto maior for à especificidade de um ativo, menores são as chances de utilizá-lo de forma alternativa ou reutilizá-lo em outra atividade sem que incorram perdas, pois os custos aumentam à medida que crescem os investimentos específicos em ativos para realizar uma determinada transação. Conforme Farias *et al.* (2009, p. 7) “a especificidade de ativos refere-se à perda do valor dos ativos envolvidos em uma determinada transação no caso desta não se concretizar ou no caso do rompimento do contrato”. Williamson (1996) distingue seis tipos de especificidade de ativos:

- a) Especificidade locacional: refere-se à localização estratégica entre firmas de uma mesma cadeia produtiva, a fim de reduzir os custos de transporte e armazenagem;
- b) Especificidade de ativos físicos: refere-se a características físicas do produto transacionado. Quando são requeridos instrumentos ou equipamentos especializados para a produção de um bem que é de uso específico para a atividade;
- c) Especificidade de ativos humanos: está relacionada às habilidades ou ao aprendizado específico de uma determinada atividade que surgem através do processo *learning by doing*;
- d) Especificidade de ativos dedicados: surge quando uma das partes realiza um incremento na produção tendo por certa a venda de uma quantidade expressiva de produtos para a outra parte, convertendo-se em ativo específico;
- e) Especificidade temporal: neste caso, o valor de uma transação depende do tempo em que ela se processa. O tempo torna-se um fator fundamental para a atribuição de valor aos produtos ou para a eficiência no processo produtivo;
- f) Especificidade de marca: está relacionada à reputação que o nome da empresa ou produto tem no mercado.

Um segundo atributo das transações é a incerteza ou risco, que demonstra a natureza imprevisível do comportamento dos agentes econômicos relacionada ao oportunismo e a racionalidade limitada (FERREIRA, 2005). No caso de transações que envolvem ativos específicos, a incerteza ou os riscos são maiores exigindo a elaboração de contratos mais complexos.

Outra dimensão da transação é a frequência com que a relação entre as partes é estabelecida. Ou seja, a regularidade com que ocorre uma mesma categoria de transações, classificadas por Williamson (1985) em ocasionais ou recorrentes. Segundo Fiani (2002) um pequeno número de transações gera dificuldades para adquirir um insumo ou serviço via mercado, o que reflete em custos de contratação que podem ser diluídos por meio de mecanismos de governança com o aumento da frequência das transações.

Conforme Williamson (1985), quando as transações ocorrem de forma ocasional, com baixo nível de especificidade dos ativos, e as escolhas dos agentes são motivadas apenas pelo preço, a forma pura de mercado pode representar a maneira mais eficiente de coordenação. No entanto, quando as transações são recorrentes, na presença de especificidade de ativos e de incerteza, a forma contratual seria mais recomendada, por reduzir os riscos de oportunismo.

Os atributos das transações estão associados às características das leis contratuais, classificadas por Williamson (1985) como clássica, neoclássica ou relacional. No contrato clássico a transação ocorre em um período definido, não se introduzindo planejamentos a longo prazo, o que o torna uma referência teórica, pois na realidade são incompletos e necessitam de correções continuadas.

Nos contratos neoclássicos, uma das características marcantes é a manutenção do contrato original, que serve de base para a negociação, o que o diferencia do contrato relacional. No entanto, podem-se registrar no documento original as condições para o seu término, como por exemplo, quando os custos de negociação forem mais elevados do que os retornos previstos. No contrato relacional nota-se a flexibilidade e a possibilidade de renegociação. No processo de negociação, leva-se em conta a totalidade do conjunto de fatores com a finalidade de reconstrução do contrato (ZYLBERSZTAJN, 1995).

O segundo grupo de condicionantes é o Ambiente Institucional, que contempla o conjunto de fundamentos políticos, legais e sociais que estabelecem as bases da produção, troca e distribuição. São as denominadas “regras do jogo”, as quais definem o contexto econômico (WILLIAMSON, 1996). Tais regras podem ser formais ou informais, e delimitam as ações executadas pelos indivíduos ou instituições em relação a si próprios e uns aos outros (SATOLANI; CORRÊA; FAGUNDES, 2008).

O terceiro grupo de fatores condicionantes das formas de governança são os pressupostos comportamentais, representados pelos atributos, racionalidade limitada e oportunismo. A racionalidade limitada é caracterizada por presumir que os agentes econômicos tendem a ser intencionalmente racionais. No entanto, essa capacidade é limitada e parcial, e restrita no ato de obter, armazenar e processar informações que resultam na incapacidade em elaborar contratos completos, que prevêem todas as circunstâncias possíveis de ocorrer.

Como forma de reduzir essa limitação o agente dispõe de tempo e recursos para adquirir informações que propiciem um retorno coerente com o seu comportamento otimizador. Essa limitação pode resultar em um comportamento oportunista, que pode ser expresso na retenção de informações não acessíveis a outra parte envolvida na transação, o que gera um benefício monopolístico. A possibilidade de obtenção desse tipo de benefício exige ações de monitoramento dos contratos, devendo-se incluir salvaguardas nos casos de dependência unilateral (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Para Williamson (1985), o oportunismo é resultado da ação do indivíduo na busca do auto-interesse. Conforme Fiani (2002), o comportamento oportunista pode surgir *ex-ante* ou *ex-post* a concretização da transação. As duas formas são decorrentes da manipulação de assimetrias de informação. A forma *ex-post*, conhecida como risco moral, ocorre quando uma das partes envolvidas na transação possui uma informação privada, a qual utiliza em seu benefício, incorrendo em prejuízo da outra parte. Já a forma *ex-ante*, conhecida como seleção adversa, surge quando um agente assina um contrato o qual já sabe de antemão que não conseguirá cumprir.

Neste contexto, Bender, Pereira e Souza (2006), consideram que a ECT oferece um suporte analítico apropriado para a caracterização das interrelações entre os diversos agentes que compõem o processo produtivo, permitindo um suporte para a coordenação da cadeia agroindustrial por meio da análise do alinhamento dos atributos das transações com os diferentes modos de governança adotados pela cadeia.

2.3 Estruturas de Governança e a Economia das Convenções

As estruturas de governança podem ser definidas, segundo Azevedo (2000), como o conjunto de regras, tais como: contratos entre particulares e normas internas às organizações, que governam uma determinada transação. Desta forma, as estruturas de governança são importantes para organizar as transações comerciais e, assim, diminuir os custos de transação. Williamson, *apud* Fiani (2002), classifica as estruturas de governança em três formas:

i) Governança pelo mercado: é a principal estrutura de governança adotada para transações não específicas, sendo elas ocasionais ou recorrentes. Neste caso, as empresas escolhem comprar o que precisa no mercado livre sem a necessidade de firmarem contratos, portanto, não há um esforço para sustentar ou manter relações.

ii) Governança específica de transação: os ativos transacionados não são padronizados o que poderá incorrer em riscos de transação e conflitos. Em caso de transações recorrentes, as relações podem se basear em contratos que preservem a autonomia das partes envolvidas. Já no caso de ativos específicos, a integração vertical poderá ser a solução de governança adequada.

iii) Governança trilateral: é mais adequada para transações ocasionais. Neste caso é exigido *ex-ante* a especificação de uma terceira parte para realizar, tanto a avaliação de uma transação, quanto para a solução de eventuais litígios.

Conforme Mello e Paulillo (2010), uma adequada forma de governança dever ser capaz de resolver, impedir ou atenuar possíveis conflitos entre as partes. Desta forma, uma estrutura de governança eficiente, resultaria de seu alinhamento com os demais atributos das transações sob as condições de seus pressupostos comportamentais, possibilitando a economia de custos de transação.

Para que alterações nas formas de governança possibilitem uma redução dos custos é necessário ter o conhecimento das características das transações a fim de adequar os contratos às estruturas existentes. No entanto, existem transações que não são regidas por contratos, e são baseadas apenas na reputação e na relação de confiança existente entre os agentes ao longo da cadeia produtiva. Essas relações podem ser discutidas com base na Economia das Convenções (ROSINA, 2008).

Segundo Wilkinson (2002), as diversas correntes da teoria econômica oferecem um arcabouço teórico limitado para pensar o mundo dos micro e pequenos empreendimentos no meio rural, sobretudo quando estes buscam uma inserção autônoma nos mercados. Autores como Vilpoux (1997) questionam os pressupostos da NEI por levarem em conta apenas o ambiente institucional formal, deixando a parte os aspectos informais tão presentes no ambiente dos pequenos produtores.

Para preencher as lacunas da NEI surge uma nova corrente de pensamento denominada Economia das Convenções (EC). Conforme Malafaia (2007), a EC procura desenvolver uma teoria para o papel das convenções na coordenação da ação econômica e fornecer bases para a análise empírica da pluralidade de convenções envolvidas na coordenação dessas ações. Neste contexto, a EC surge como um referencial teórico que complementa a abordagem da Economia dos Custos de Transação (VILPOUX, 1997).

Para Vilpoux (1997), a convenção surge a partir da coerência comportamental dos indivíduos que os leva a optar, de forma racional, por comportamentos que sejam compatíveis com os demais agentes. Desta forma, a convenção passa a oferecer garantias de que cada agente seguirá sua escolha, dada a expectativa de que seu parceiro haja da mesma forma. Assim, “o grande mérito da teoria das convenções é tornar visível o mundo de valores escondido por trás das normas e técnicas” (WILKINSON, 2002, p. 818).

Segundo Benko (1996), a EC parte da análise dos obstáculos que surgem à coordenação devido à incompletude da lógica concorrencial, da racionalidade estratégica e dos contratos. A substituição do conceito de contrato pelo de convenção possibilita a inclusão de outros tipos de relações existentes entre os agentes, inclusive aqueles inseridos em um ambiente informal.

A Figura 2 apresenta as novas formas de governança que surgem a partir da complementaridade existente entre a Economia dos Custos de Transação e a Economia das Convenções que passam a incluir normas de comportamento, convenções e códigos de conduta baseadas em características como confiança e reputação.

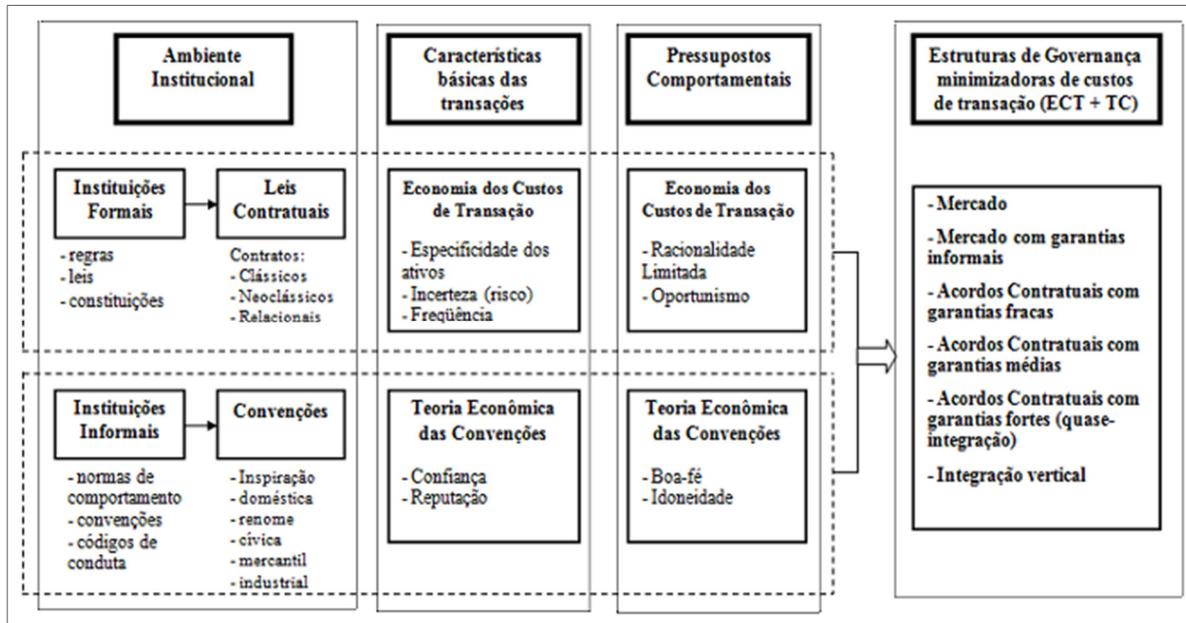


Figura 2. Estruturas de governança – complementaridade entre Economia dos Custos de Transação e Teoria Econômica das Convenções.
Fonte: Rosina (2008, p 112).

O ambiente institucional, formado pelo conjunto de fundamentos políticos, legais e sociais como as regras, leis e constituições presentes da ECT, passa a contemplar as normas de comportamento, as convenções e códigos de conduta presentes nas instituições informais. Além da frequência, incerteza e especificidade de ativos, as características das transações passam a incluir características como confiança e reputação, e também, novos pressupostos comportamentais como a boa-fé e a idoneidade dos agentes, dando origem a novas categorias de governança que vão desde a governança pelo mercado até a total integração vertical.

3. O Setor Apícola em Mato Grosso do Sul

A atividade apícola no Brasil data do século XVIII, no entanto, apenas em meados da década de 1950 que a produção de mel passou a ganhar destaque no cenário nacional. No estado de Mato Grosso do Sul, a atividade se fortaleceu no início da década de 1980, a partir da criação da ASA – Associação Sul-mato-grossense de Apicultores e a implantação do Programa de Desenvolvimento e Incentivo da Apicultura.

Estima-se que em 2011, o Brasil produziu cerca de 41.478 mil toneladas de mel. Os maiores estados produtores são o Rio Grande do Sul, Paraná e Piauí. O estado de Mato Grosso do Sul ocupa a 12ª posição no ranking dos estados brasileiro produtores, sendo responsável por 1,7% do total da produção nacional (IBGE, 2011).

Segundo a Federação de Apicultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul – FAEMS (2013), o estado possui cerca de 700 apicultores, com aproximadamente 21.000 colméias. Em

torno de 80% são pequenos apicultores com exploração fixa e com média de produção de 15kg/colméia/ano, ainda que os apicultores com boas técnicas de manejo consigam produzir de 30 a 120kg de mel/colméia/ano.

A Tabela 1 apresenta a evolução da produção de mel no Brasil, na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2000 e 2011. É possível observar que a produção estadual de mel aumentou em 127,2% no período analisado. Essa expansão se mostra superior à tendência de crescimento da produção observadas na região Centro-Oeste e no Brasil, que aumentaram em 124,4 e 90,2%, respectivamente.

Tabela 1. Produção de mel no Brasil, Centro-Oeste e MS no período de 2004 a 2011 (em mil quilogramas).

Ano	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso do sul
2000	21.865	631	302
2001	22.219	670	340
2002	24.028	683	334
2003	30.022	851	407
2004	32.290	916	365
2005	33.749	1.097	450
2006	36.194	1.190	485
2007	34.747	1.333	641
2008	37.729	1.498	646
2009	38.765	1.085	430
2010	38.017	1.291	512
2011	41.578	1.416	686

Fonte: IBGE (2014).

Apesar do crescimento do volume da produção de mel, especialistas em apicultura afirmam que o estado de Mato Grosso do Sul e o Brasil ainda produzem muito a baixo do que potencialmente poderiam produzir por razões que vão desde falhas no manejo, falta de comprometimento do apicultor e insegurança na comercialização (FEAMS, 2013).

Para desenvolver o setor apícola em Mato Grosso do Sul, o aprofundamento do conhecimento da atividade torna-se de suma importância. Neste sentido, alguns pesquisadores têm desenvolvido estudos que assinalam a importância da apicultura e seu potencial econômico para o estado. Abordando diferentes aspectos da produção e comercialização do mel e seus derivados, destacam-se os estudos de Dembogurski *et al.* (2002), Peruca *et al.* (2002), Reis (2003), Oliveira (2007), Silva (2007) e Rosina (2008).

4. Metodologia

Para verificar o alinhamento entre as características das transações e os pressupostos comportamentais definidos pela ECT com a estrutura de governança utilizada no setor apícola do estado, este estudo se baseia no método indutivo que se caracteriza como o método científico que obtém conclusões gerais a partir de premissas individuais através das etapas de observação do fenômeno; análise da relação e generalização (GIL, 1991).

O levantamento de dados primários foi efetuado através da aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas. O público alvo da pesquisa foram os presidentes das seguintes entidades: ASA e FEAMS, localizados no município de Campo Grande; Associação

de Apicultores de Bela Vista (AAPISBEL), no município de Bela Vista e, Associação Apícola Pantanal (AAP), no município de Jardim.

Os municípios de Bela Vista e Jardim, localizados na região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, próximos ao Pantanal, se destacam pelo alto potencial para exploração da atividade apícola (FEAMS, 2012). O clima favorável, a diversidade das floradas anuais e a pouca presença da atividade agrícola da região são fatores que contribuem para o crescimento da atividade nos dois municípios que hoje figuram entre os maiores produtores do estado. Já o município de Campo Grande possui a melhor infra-estrutura e organização do setor apícola do estado.

A FEAMS tem a participação de 40 associações de apicultores espalhadas por todas as regiões do estado, dentre elas as associações dos municípios de Campo Grande, Jardim e Bela Vista. Tanto a ASA como a AAP contam com um número de vinte apicultores associados cada. A Aapsbel possui sete apicultores associados.

Os fatores abordados no questionário deste estudo foram baseados na dissertação de Rosina (2008). Em algumas questões fechadas utilizou-se a escala do tipo Likert de 1 a 5, variando, no caso da importância, de insignificante a extremamente importante. As demais questões fechadas têm caráter dicotômico, com campos para comentários.

Na pesquisa de campo, foram coletadas informações que contemplam as variáveis abordadas em estudos sobre governanças, relacionadas às características básicas das transações e aos pressupostos comportamentais dos agentes. Desta forma, foi possível identificar quais são as especificidades envolvidas na produção do mel, a frequência das transações e as percepções dos produtores quanto à incerteza. Também foram observados outros possíveis entraves à efetivação das transações, bem como a descrição das formas de governança empregadas e a existência de convenções entre os agentes.

5. Resultados e Discussões

A governança via mercado com garantias informais é apontada por Rosina (2008) como a mais adequada ao sistema agroindustrial do mel de MS. Esta estrutura de mercado diz respeito às transações sem a utilização de contratos, nas quais os agentes comercializam entre si de forma regular criando relações de mútuo acordo. Segundo Vilpoux (1997), esta forma de coordenação está relacionada a características como a confiança existente entre os agentes ao transacionar.

Assim, de acordo com Sheppard e Sherman (1998) a confiança é o aceite dos riscos associados com o tipo e a intensidade da inerente interdependência em um determinado relacionamento ou transação. Sendo que a confiança, na maioria das vezes, não é um agir irracional, mas uma ação gerida pela fé nas pessoas, nos relacionamentos e nas instituições sociais (SHEPPARD; SHERMAN, 1998).

No tocante às características das transações, a frequência com que se estabelecem relações entre as partes é um atributo a ser salientado porque quanto mais transações houver, maior a necessidade de salvaguardas contratuais para lidar com eventuais litígios (WILLIAMSON, 1985). Do contrário, é possível diluir os custos de transação decorrentes da adoção de estruturas de governança mais complexas através de contratos. Ao analisar a frequência com que as transações ocorrem no setor apícola de Mato Grosso do Sul, pode-se verificar que, as relações de compra e venda com os mesmos clientes ou fornecedores costumam ocorrer de forma recorrente. Esta característica aponta para um incentivo de coordenação das transações por formas contratuais.

O atributo incerteza é definido por Williamson (1985) como qualquer tipo de perturbação endógena que afeta os processos de troca. Segundo Malafaia (2007), dentre os fatores que podem aumentar a incerteza estão: a variabilidade das matérias-primas, a dificuldade do controle técnico sobre os processos de produção e a falta de coordenação entre os agentes. Na análise do setor apícola do estado, não se constata a presença de incertezas nas transações. Os agentes relatam que nas negociações de compra ou venda, os prazos de pagamento e de entrega e as quantidades adquiridas são respeitados. Também são realizados testes para assegurar a qualidade do produto.

Quanto à existência de ativos específicos, Zilbersztajn (1995, p. 24) salienta que a importância da determinação do nível de especificidade dos ativos se dá pelo fato de que “ativos mais específicos estão associados a formas de dependência bilateral que irá implicar na estruturação de formas organizacionais apropriadas.” Para definir se o ativo mel e derivados é específico ou não, deve-se fazer a reflexão se existe a possibilidade de uso alternativo desse ativo.

Foram identificadas três especificidades que influenciam a escolha da forma organizacional no setor apícola do estado de Mato Grosso do Sul: as de ativos físicos, ativos humanos e temporal. A especificidade de ativos físicos está relacionada aos investimentos para aquisição de equipamentos utilizados para a produção de mel. A especificidade de ativos humanos deriva da necessidade de mão-de-obra qualificada para as atividades de produção e beneficiamento dos produtos e, como a safra de mel é sazonal, a especificidade temporal também está presente na atividade

A partir dos resultados obtidos, tem-se que os produtos apícolas constituem ativos específicos. Conforme Williamson (1985), quanto maior o nível de especificidade envolvida na transação, maior será o risco da transação tornando importante a existência de salvaguardas contratuais. Neste caso, a governança específica de transação ou mesmo a integração vertical torna-se mais adequada para minimizar os custos de transação.

A questão da racionalidade limitada está ligada a impossibilidade dos agentes dominarem a totalidade das informações. Neste caso, a associação de apicultores desempenha um papel de redutor destes custos de transação, uma vez que, o compartilhamento de informações aumenta a racionalidade funcional de seus associados. Assim sendo, a associação representa uma ponte entre os apicultores e o mercado, oferecendo o suporte essencial para que os produtores obtenham as informações necessárias para se manter estáveis no setor.

O comportamento oportunista está relacionado ao padrão de orientação que indivíduo estabelece para a busca do seu auto-interesse. Para Zilbersztajn (1995), este comportamento parte de um princípio não cooperativista, onde, uma informação privilegiada permite que este indivíduo desfrute de algum benefício em detrimento dos demais agentes. Desta forma, o comportamento oportunista contribui para uma maior complexidade e incerteza nas transações.

Os resultados obtidos evidenciam que o comportamento oportunista não se faz presente nas transações analisadas. Este fato pode ser explicado pelo baixo nível de incerteza existente entre os agentes da cadeia apícola de Mato Grosso do Sul, aliado à existência de relações sólidas baseadas na confiança entre os agentes. Esta característica explica a inexistência de contratos formais de compra, venda ou entrega de mel ou de outros produtos de origem apícola para as transações analisadas.

Os agentes entrevistados atribuem um elevado grau de importância à existência de normas de comportamento, conduta, tradições e na reputação baseada na honestidade e em experiências passadas, tornando frequente às transações entre agentes que se conhecem e mantém algum

tipo de vínculo, além do meramente comercial. Este aspecto torna a existência de convenções mais importante que o estabelecimento de contratos.

6 Considerações Finais

O seguimento apícola do estado de Mato Grosso do Sul, apesar de ainda incipiente, se constitui em um importante mercado além de uma alternativa de produção e renda, principalmente para os pequenos produtores. A análise das características básicas das transações revela a existência de transações recorrentes, ativos específicos e baixo nível de incerteza. A análise dos pressupostos comportamentais revela a inexistência de comportamento oportunista, o que contribui para a melhora da transmissão de informações relevantes entre os agentes.

De acordo com Williamson (1985), quanto maior a especificidade de ativos, as transações se tornam mais frequente e maior será a incerteza, tornando necessário o controle sobre as condições da transação por meio do estabelecimento de contratos. No entanto, a existência de convenções entre os agentes dilui a incerteza nas transações recorrentes o que torna a coordenação via mercado com garantias informais adequada ao setor apícola do estado.

Pode-se inferir que a existência de alinhamento entre as características das transações e os pressupostos comportamentais dos agentes com a estrutura de governança pelo mercado com garantias informais, se deve exclusivamente, ao estabelecimento de convenções entre os indivíduos do setor apícola. A existência dessas convenções decorre principalmente da característica informal da apicultura no estado, composta em sua maioria por pequenos agricultores que percebem nesta atividade a possibilidade de ganhos extras.

A consolidação do setor apícola no estado de Mato Grosso do Sul é importante para o desenvolvimento sustentável do mesmo, uma vez que, esta atividade encontra-se baseada no tripé ambiental/social/econômico. Poucos são os trabalhos que abordam as relações entre os agentes no sistema agroindustrial do mel do estado, o que demonstra a relevância desse estudo. Por fim, destaca-se a necessidade de aprofundamento desta análise e sugere-se uma investigação acerca da inexistência de especificidade de marca. Esta poderia de forma desejável, atestar uma diferenciação positiva dos produtos apícolas vendidos no estado de Mato Grosso do Sul, o que resultaria em agregação de valor, ganhos em rentabilidade e competitividade.

Referências

AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicação para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.47, n.1, p.33-52, 2000.

BENDER, C. M.; PEREIRA, L. B.; SOUZA, J. P. Estudo da competitividade da cadeia produtiva apícola de Santa Catarina: ênfase na análise da dinâmica competitiva do segmento produtor e processador da cadeia. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIV, 2006, Fortaleza. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/486.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO JÚNIOR, L. C; OZON, R. T. Análise das Transações e das Estruturas de Governança na Cadeia do Feijão da Região de União da Vitória/Pr. In: Congresso da

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLII, 2004, Cuiabá. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/04O212.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista?. **Análise Econômica** (UFRGS), Porto Alegre, v. 19, n.36, p. 25-46, 2001.

DEMBOGURSKI, A.; OLIVEIRA, A. P.; EBELING, E.; BORGES, V. M.; GOMES, M. F. F. Avanço da apicultura no estado de Mato Grosso do Sul. In: Congresso Brasileiro de Apicultura, XIV, 2002, Campo Grande, MS. *Anais*. Campo Grande: CONBRAPI, 2002. p. 200. 2003.

FARIAS, A. O.; FUSCALDI, K. C.; ROCHA, M. G.; QUEIROZ, M. C.; PIERRI, M.; PANTOJA, M. J. A governança na aquisição de sementes no setor produtivo de óleo de palma. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/310.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

FEAMS - Federação de Apicultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul. Disponível em <<http://www.feams.com.br>> Acesso em: 08 jan. 2013.

FERREIRA, G. M. V. Governança na cadeia do café: o caso do consórcio agrícola de fazendas especializadas no Sul de Minas Gerais. 2005. **Dissertação** (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2005.

FIANI, R. Teoria dos custos de transação. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. p. 267-286.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas 1991.

IBGE – Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/apresentacao.aspx>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

MALAFAIA, G. C. As convenções sociais de qualidade como suporte à configuração de sistemas agroalimentares locais competitivos: um estudo cross country na pecuária de corte. 2007. **Tese** (Doutorado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2007.

MELLO, F. O. T.; PAULILLO, L. F. Formas plurais de governança no sistema agroindustrial citrícola. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 48, p. 71-92, 2010.

PROCHMANN, A. M.; CAMPEÃO, P.; VILPOUX, O. F. O papel das organizações no desenvolvimento da piscicultura na região de Dourados/MS. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLV, 2007, Londrina. *Anais eletrônicos*...Disponível em: <www.sober.org.br>. Acesso em: 09 jan. 2013.

REIS, V. D. A. Pré-diagnóstico da Cadeia de Produtos Apícolas de Mato Grosso do Sul. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003.

ROSINA, L. O. Sistema Agroindustrial do mel de abelha de Mato Grosso do Sul, sob a ótica da teoria institucional - uma análise das estruturas de governanças e das convenções. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Campo Grande, 2008.

SATOLANI, M. F.; CORRÊA, C. C.; FAGUNDES, M. B. B. Análise no ambiente institucional e organizacional da piscicultura no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista de Economia e Agronegócio**, v.6, n. 2, p. 215-234, 2008.

SILVA, E. G. Produção e Comercialização de Produtos Apícolas nos Municípios de Aquidauana e Anastácio/MS. 2007. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Aquidauana, 2007.

SHEPPARD, B. H.; SHERMAN, D. M. The grammars of trust: a model and general implications. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 3, p. 422-37, 1998.

PERUCA, R. D.; BRAIS, C. V.; OLIVEIRA, A. P. de; MUSSOLINE, V.; ALVES, J. A.; HORITA, S. F. Projeto de fortalecimento da apicultura dos agricultores familiares no estado de Mato Grosso do Sul. 2002, 13 p.

VILPOUX, O. Coordinations verticales entre enterprises transformatrices de manioc et producteurs agricoles au sud du Bresil. 1997. 233 p. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção). Institut National Polytechnique de Lorraine (INPL), Cergy-Pontoise (França), 1997.

WILLIAMSON, O. The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting. New York: The Free, 1985.

WILLIAMSON, O. E. The mechanisms of governance. New York: Oxford University, 1996.

WILKINSON, J. Sociologia Econômica, a Teoria das Convenções e o Fortalecimento dos Mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n.2, p. 805-825, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições. 1995. **Tese** (Livre docente) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.